RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

O Senado desconfia até onde Lula irá mesmo querer blindar Xandão

Como prometido, a coluna segue com os raciocínios dos apoiadores da senadora Tereza Cristina (PP-MS) na sua disputa pela presidência do Senado no ano que vem. Como dissemos, Tereza Cristina avalia que o trabalho que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), candidato à reeleição, tenta para pacificar o país a partir de um perdão ao ex-presidente Jair Bolsonaro em troca de evitar processos de impeachment dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente Alexandre de Moraes, pode ser um tiro pela culatra.

Relembrando o que dissemos. A ideia pode gerar rejeição porque parte dos senadores quer ao menos tentar abrir o processo de impeachment. Além disso, há quem desconfie que, no fundo, Alcolumbre trabalha em causa própria, para ele mesmo se blindar de investigações que poderiam atingi-lo tanto no escândalo do INSS quanto no caso Master. Nos dois casos, embora ele negue, há citações a ele.

Mas outro ponto que ronda ali as suspeitas de que pode gorar um processo de blindagem de Alexandre de Moraes está em saber até vai a própria disposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de proteger o ministro do Supremo. Até onde isso seria um ativo importante na recondução de Alcolumbre.

Primeiro. É sempre importante lembrar. Não foi Lula quem indicou Moraes para o STF. Foi Michel Temer. Alguém que o PT enxerga como um "golpista", que teria articulado para derrubar Dilma Rousseff, num processo que acabou fortalecendo a Lava Jato e que culminou com a condenação e a prisão de Lula.

Segundo. Apesar disso, a associação de Lula com Moraes foi explorada pela oposição e foi um dos pontos que mais o enfraqueceu na disputa presidencial com Flávio Bolsonaro. Se dissociar de Moraes e de suas decisões muitas vezes consideradas no mínimo polêmicas pode ser ativo importante para Lula.

Terceiro. Moraes se tornou o todo-poderoso relator do interminável inquérito das fake news por uma decisão de Dias Toffoli quando era presidente do STF. Embora Toffoli tenha sido uma indicação de Lula, ex-advogado do PT que era, hoje ele é um desafeto do presidente, que não perdoa o fato de ele ter dado muito tardiamente e sem tempo hábil autorização para que Lula deixasse a prisão para o velório de seu irmão, Genival, o Vavá. Hoje, Lula e Toffoli sequer se cumprimentam.

Quarto. Foi Alcolumbre quem articulou a derrota da indicação do advogado-geral União, Jorge Messias, para a vaga no STF aberta com a saída de Luís Roberto Barroso, um vexame histórico para Lula. Há quem lembre que às vezes Lula pode ser vingativo. De qualquer modo, a vaga segue aberta. E a indicação do novo nome será uma perrogativa do presidente. Ele tem uma pessoa para indicar ao Supremo. Se Moraes sofrer impeachment serão, então, dois nomes que Lula terá para indicar.

Até 2030, irão se aposentar compulsoriamente Luiz Fux (em 2028), Cármen Lúcia (em 2029) e Gilmar Mendes (em 2030). Lula é o responsável pelas indicações de Toffoli (mesmo com os atuais senões), Cristiano Zanin e Flávio Dino. Ou seja, dos 11 ministros do Supremo, somente Fachin (indicado por Dilma Rousseff), Nunes Marques e André Mendonça (indicados por Jair Bolsonaro) não seriam nomes da lavra de Lula. É um poder tentador.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

O crime tolerado

Apesar de estar em todos os discursos de candidatos, a questão da segurança pública e do combate ao crime organizado carece de propostas concretas.

Impressiona a indiferença das autoridades em relação a medidas simples, que não pedem verbas, e sim vontade política.

Medidas de bom senso, como a ação da Receita Federal em combinação com as vendas de carro de alto preço, comercializados por meia dúzia de empresas, a metade concentrada em São Paulo, na Avenida Europa, nos Jardins. Quem acompanha o noticiário sabe que a turma do dinheiro fácil adquire logo carros de valor superior a três milhões de reais. Um controle sobre estes compradores seria razoável.

Na faixa da violência urbana, assaltos, roubos, arrastões, especialmente na orla marítima de cidades como o Rio de Janeiro, elementar a volta da exigência da camisa no transporte público. E controle nos finais de semana mais rigoroso das motocicletas, muitas roubadas e outras usadas para apoio a atividades criminosas. Nada complicado.

Da população de rua, que hoje é problema nacional, aproximadamente um terço deve ser recolhido ao sistema penitenciário. Outro terço é de doentes mentais ou dependentes químicos; precisam de internação. E um terço pode ser recuperado por políticas públicas eficientes na inserção social destas pessoas. Tudo parece e é simples, mas falta coragem, vontade política.

As implicações da segurança e da população de rua na economia são grandes em setores sensíveis como o turismo e a restauração. A tolerância custa empregos, perda de arrecadação, insegurança às famílias.

Medidas emergenciais são urgentes. São muitos os exemplos pelo mundo de grandes cidades que pela omissão foram levadas a miséria.

O Rio, os cariocas, sofrem demais com a violência, que tira paz e empregos.

EDITORIAL

Juros altos ignoram sinais positivos da economia brasileira

A decisão do Banco Central (BC) de manter a taxa básica de juros em 13,75% ao ano, nesta quarta-feira (4), interrompendo cinco cortes consecutivos da Selic, reforça uma contradição preocupante: mesmo diante da desaceleração da economia brasileira, a política monetária continua impondo custos elevados à produção, ao consumo e aos investimentos.

A decisão unânime do Comitê de Política Monetária (Copom) ocorreu dez dias após a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em um cenário de mudança nas expectativas do mercado financeiro. Antes do segundo turno, investidores projetavam nova redução dos juros. Após a derrota de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), porém, ganharam força as apostas na interrupção dos cortes. A coincidência temporal não comprova relação direta entre os acontecimentos, mas levanta questionamentos sobre o peso das expectativas financeiras nas decisões econômicas.

A reação dos investidores ao resultado eleitoral foi expressiva. No primeiro pregão após a vitória de Lula, o Ibovespa caiu 13,88%, o dólar subiu 9,19% e os juros futuros chegaram a 15,19%. O Tesouro Nacional chegou a cancelar leilões de títulos públicos. O episódio evidencia a força do mercado financeiro na formação das expectativas econômicas.

Outro aspecto que merece atenção é a utilização das projeções do Boletim Focus como referência para a política monetária. Embora reúna estimativas de instituições financeiras, consultorias e outras entidades, o relatório não representa previsões do próprio Banco Central. Além disso, essas estimativas estão sujeitas a erros. Estudo da Universidade Federal de Juiz de Fora identificou tendência de superestimação da inflação nas projeções entre 2015 e 2022. Em 2025, o mercado previa inflação de 4,99%, mas o IPCA efetivo ficou em 4,26%.

O custo dos juros elevados também precisa entrar nessa equação. Nos 12 meses encerrados em setembro, as despesas do setor público com juros da dívida alcançaram aproximadamente R$ 1,2 trilhão, enquanto o déficit primário foi de R$ 70,1 bilhões. Bancos e fundos concentram cerca de R$ 3,37 trilhões em títulos públicos vinculados à Selic.

O economista André Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, questiona justamente essa lógica: combater o desequilíbrio fiscal enquanto se mantém uma taxa de juros que amplia as despesas financeiras do Estado. Ele defende a redução gradual da Selic e maior coordenação entre as políticas fiscal e monetária.

A autonomia do Banco Central foi criada para proteger as decisões monetárias de interferências políticas. Isso, entretanto, não deveria significar submissão às expectativas do mercado financeiro nem afastamento das consequências sociais dessas decisões. Juros elevados encarecem o crédito, desestimulam investimentos, restringem a atividade econômica e pressionam as contas públicas.

A responsabilidade fiscal não pode ser medida apenas pelo controle das despesas primárias, ignorando o peso dos juros sobre a dívida. Tampouco a estabilidade econômica pode ser construída à custa do crescimento, do emprego e da capacidade de investimento do país. Um Banco Central verdadeiramente comprometido com o interesse público precisa considerar toda essa equação, e não apenas os sinais emitidos pelo mercado financeiro.

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal